

Educação e reforma fiscal

1001 MAR 5 03

EURIDES BRITO DA SILVA

JORNAL DE BRASÍLIA

Preocupa-me muito o fato de que o chamado imposto sobre cheques, recentemente proposto pelo Governo no bojo da reforma tributária e em tramitação no Congresso Nacional, escape à incidência dos 18% destinados à educação, conforme determina a Carta Magna. Para isso, já preparei destaque do dispositivo, a fim de que o Plenário da Câmara dos Deputados o vote separadamente e o rejeite. Como esta é uma luta de todos, importa que os interessados — isto é, a Nação Brasileira — se manifestem para evitar que coisas como essa continuem acontecendo. Ou a educação passa a ser, de fato, prioridade nacional, ou jamais mudaremos o status quo.

Recente trabalho da Assessoria do Senado Federal mostra que a educação se revelou um dos setores mais vulneráveis aos cortes orçamentários durante a crise econômica, particularmente o ensino fundamental. O referido estudo, focalizando o último quinquênio, mostrou que, de 1987 a 1991, cresceu vertiginosamente a despesa total do Tesouro Nacional, mediante o endividamento e o aprofundamento do déficit público. O incremento referido não beneficiou na mesma proporção um dos itens da despesa pública, a função educação e cultura. Porém, o corte de recursos atingiu duramente aquela função orçamentária em 1990/1991. Se em 1988 e 1989 a União despendeu 1,9% do PIB na função educação e cultura, em 1990 essa percentagem caiu para 1,6% e, em 1991, para 1,1%. Apesar do declínio do valor do PIB, com ligeira recuperação em 1991, as despesas do Governo Federal em educação e cultura cresceram continuamente até 1989. Daí em diante, ocorreu brusca redução, para atingir, em 1991, quase a

metade do seu valor de 1987.

Trata-se de um corte brutal e súbito. É impressionante verificar o quanto a dívida pública devorou a receita fiscal, impedindo que seja revertida em serviços para o contribuinte. E quando houve desaforo nessa área, em 1991, outras prioridades substituíram a educação. Os cortes incidiram preferencialmente sobre o ensino fundamental, de 1987 a 1989, e sobre o ensino superior, em 1990/1991. As despesas de pessoal foram as que tiveram maior perda, diminuindo, em valores reais, em um terço ao longo dos cinco anos analisados.

Passando aos estados, o estudo também não mostra um panorama risonho. De 1987 a 1989 as despesas dos Tesouros Estaduais caíram em relação ao PIB, tendo pequena recuperação no último ano. A educação perdeu espaço para outros setores, tendo os cortes atingido principalmente o ensino fundamental, enquanto o ensino superior teve aumentada a sua fatia de recursos. Por sua vez, os municípios também reduziram seus gastos.

Conclui-se, pois, que a educação foi um dos setores atingidos por cortes superiores à média na distribuição de recursos dos três níveis de governo. Tais cortes foram, de modo geral, mais profundos que o declínio do PIB. Esse panorama nos conduz a sérias reflexões sobre o assunto. O ajuste econômico é necessário, mas que ele não signifique mais cortes na área educacional. Daí por que não aceitamos que sobre o chamado imposto sobre cheques não incidam os 18% para a educação.

■ Eurides Brito da Silva é deputada federal pelo PTR/DF